

**Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança
com Câncer (GRAACC)**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros do
Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de resultados e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras, a Entidade reavaliou seu ativo imobilizado em setembro de 2002 e não respeitou a prática contábil adotada no Brasil vigente à época que determinava uma nova reavaliação dos bens do ativo imobilizado reavaliados a cada quatro anos. Adicionalmente, a Entidade não efetuou a revisão das vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Consequentemente, não foi possível determinar os efeitos sobre o ativo imobilizado no montante de R\$ 24.253 mil, líquido dos efeitos dos gastos com construções em andamento que não estão impactados pelos assuntos mencionados nesse parágrafo, resultado do exercício e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

São Paulo, 28 de abril de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Confador CRC 1SP198789/O-0

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.106	6.554	Fornecedores	9	2.661	5.105
Recursos vinculados a projetos	5	7.971	4.330	Financiamentos		2	126
Créditos a receber	6	3.841	3.143	Salários e encargos sociais	10	5.031	4.360
Estoques	7	3.865	3.829	Obrigações fiscais a recolher		797	675
Outras contas a receber		433	409	Subvenção e convênios	12	5.049	-
				Outras obrigações		767	147
Total do ativo circulante		20.216	18.265	Total do passivo circulante		14.307	10.413
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		177	145	Contingências trabalhistas	11	562	867
Imobilizado	8	54.518	47.587	Subvenção e convênios	12	19.447	20.940
Intangível		4	9	Total do passivo não circulante		20.009	21.807
Total do ativo não circulante		54.699	47.741	Patrimônio líquido	14		
				Patrimônio social		33.481	31.060
				Reservas de reavaliação		305	305
				Superávit do exercício		6.813	2.421
				Total do patrimônio líquido		40.599	33.786
Total do ativo		74.915	66.006	Total do passivo e patrimônio líquido		74.915	66.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

		2013	2012
	Nota		
Receitas com serviços prestados	16	19.632	17.553
Custos hospitalares	17	<u>(49.618)</u>	<u>(46.981)</u>
(Déficit) bruto		<u>(29.986)</u>	<u>(29.428)</u>
Despesas administrativas	18	(7.732)	(7.880)
Outras receitas líquidas	19	<u>44.364</u>	<u>39.485</u>
Superávit operacional		<u>6.646</u>	<u>2.177</u>
Financeiras líquidas	20	<u>167</u>	<u>244</u>
Superávit do exercício		<u><u>6.813</u></u>	<u><u>2.421</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Superávit do exercício	<u>6.813</u>	<u>2.421</u>
Resultado abrangente total	<u><u>6.813</u></u>	<u><u>2.421</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Reservas de reavaliação	Superávit / (déficit)	Total do patrimônio social
Saldos em 01 de janeiro de 2012		<u>25.639</u>	<u>451</u>	<u>5.241</u>	<u>31.331</u>
Transferência para patrimônio social		5.241	-	(5.241)	-
Realização da reserva de reavaliação	14	180	(146)		34
Superávit do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.421</u>	<u>2.421</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>31.060</u>	<u>305</u>	<u>2.421</u>	<u>33.786</u>
Transferência para patrimônio social		2.421		(2.421)	-
Superávit do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.813</u>	<u>6.813</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		<u>33.481</u>	<u>305</u>	<u>6.813</u>	<u>40.599</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	6.813	2.421
Ajuste por :		
Depreciação e amortização	1.957	2.342
Valor residual do ativo imobilizado baixado	642	291
Receita com doação de bens do imobilizado	(130)	(190)
(Reversão) provisão de glosas líquidas	(500)	359
(Reversão) provisão para contingências trabalhistas	(305)	333
	<u>8.477</u>	<u>5.556</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a projetos	(3.641)	(4.330)
Créditos a receber	(198)	669
Estoques	(36)	(1.550)
Outras contas a receber	(24)	(125)
Depósitos judiciais	(32)	-
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	(2.444)	2.019
Salários e encargos sociais	671	619
Obrigações Fiscais a Recolher	122	44
Outras Obrigações	620	140
Subvenção e convênios	3.556	7.636
	<u>7.071</u>	<u>10.678</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>7.071</u>	<u>10.678</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(9.395)	(23.635)
	<u>(9.395)</u>	<u>(23.635)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(9.395)</u>	<u>(23.635)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos e arrendamento mercantil	(124)	(139)
	<u>(124)</u>	<u>(139)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(124)</u>	<u>(139)</u>
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.448)</u>	<u>(13.096)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.554	19.650
No fim do exercício	4.106	6.554
	<u>4.106</u>	<u>6.554</u>
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.448)</u>	<u>(13.096)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC) (“GRAACC” ou “Entidade”) foi constituído em 4 de novembro de 1991, como uma Entidade de interesse social, sob a forma de Associação Civil de direito privado, de caráter assistencial, beneficente, filantrópico, educacional e cultural, sem fins econômicos. O principal objetivo da Entidade é prestar assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer, dando o necessário apoio a suas famílias, sem qualquer distinção quanto a sexo, raça, cor, religião ou condição econômica ou social dos beneficiários. Para alcançar seus fins e objetivos o GRAACC desdobra suas atividades em vários setores no campo da assistência médica, do ensino e da pesquisa. Para tanto, utiliza instalações hospitalares, ambulatoriais ou outras, próprias ou de terceiros. A principal instalação da Entidade é o imóvel hospitalar denominado Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP), de sua propriedade, situado na Rua Botucatu, 743, São Paulo - SP, inaugurado em maio de 1998.

Os recursos são obtidos por meio de receitas decorrentes de atendimento médico (Sistema Único de Saúde - SUS), convênio médico e particular e da captação de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas. O GRAACC também arrecada fundos por meio da realização de eventos.

O GRAACC, por ser Entidade de interesse social, possui os seguintes certificados:

- Título de Utilidade Pública Federal nº 16.185/97-37, de 28 de agosto de 1997.
- Título de Utilidade Pública Estadual nº 1335 /2010
- Título de Utilidade Pública Municipal nº 36.776, de 16 de março de 1997.
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) nº 227/2009
- CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social nº 44006.000118/1997-13.
- Certidão do CNAS nº 71010.001829/2009-03.
- CMDA - Conselho Mun. Dos Direitos da Criança e Adolescente no 1083/04

Em 2007 o GRAACC inaugurou uma Casa de Apoio para hospedar crianças e adolescentes em tratamento no Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP) e seus acompanhantes. O GRAACC firmou acordo com o Instituto Ronald McDonald para viabilização da assistência às crianças e os adolescentes em tratamento de câncer, que tem sido renovado anualmente.

Para tanto, e a fim de atender ao referido acordo, à área de atuação da Casa de Apoio, a diretoria do GRAACC promoveu uma cisão parcial da Entidade em 31 de julho de 2006, criando uma nova associação decorrente desta cisão, denominada Associação Casa da Família, cujo objetivo exclusivo será a administração da Casa de Apoio.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 28 de abril de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Créditos a receber - Provisão de Glosas
- Nota 11 - Contingências trabalhistas

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras obrigações.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2013 e 2012, incluindo operações de *hedge*.

e. Imobilizado

Imobilizado - construção em andamento

São registrados nesse grupo os investimentos na ampliação do anexo I ao hospital sito a Rua Botucatu, que envolvem edificações, instalações, mão-de-obra, dentre outros, e que por estarem em andamento, não sofrem depreciação. Os valores serão transferidos para as respectivas rubricas do imobilizado quando da conclusão das obras e início das operações, quando também passarão a ser depreciado pela vida útil.

Imobilizado - demais itens

Os itens do imobilizado são demonstrados ao valor de reavaliação de bens efetuada em setembro de 2002, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A Entidade promoveu a reavaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado em setembro de 2002, com base em laudo emitido por peritos independentes, apurando a mais valia de R\$ 2.297. O registro contábil teve como contrapartida a conta “Reserva de reavaliação” no subgrupo do patrimônio líquido. Os ativos reavaliados estão totalmente depreciados.

Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época, uma nova reavaliação deveria ter sido procedida a cada 4 anos. Entretanto, a Entidade decidiu por não efetuar essa nova reavaliação como também não adotou o custo atribuído no balanço de transição em atendimento a Lei 11.638/07.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício:

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	25 anos
Máquinas	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instrumentos e aparelhos médicos	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20 anos

A Entidade procedeu a revisão da vida útil dos ativos imobilizados com base em laudo emitido por empresas especializada independente. Entretanto ainda não procedeu o processamento dos cálculos de depreciação com base nas novas vidas uteis e as respectivas contabilizações.

f. Ativos intangíveis

Os softwares que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativos é de 5 anos.

g. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Entidade assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade.

h. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e é composto basicamente por valores em aberto junto à convênios e o Sistema Único de Saúde - SUS.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos

i. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis

individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

A administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável no período corrente e comparativos.

k. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

m. Receitas

(i) Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

(ii) Subvenção e assistência governamentais

As receitas obtidas com a celebração e a execução de convênios de parceria entre Entidades governamentais e o GRAACC, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

(iii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência à alta do paciente.

(iv) Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contra partida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2013 a Entidade registrou o montante de R\$ 1.117 (R\$ 905 em 2012)

Custo Médio Anual do Voluntariado 2013

Diretoria Estatutária	Coordenação Geral	Coordenação	Subcoordenação	Operação	Total
R\$ 35	R\$ 255	R\$ 245	R\$ 42	R\$ 540	R\$ 1.117

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa - Fundo Fixo	5	5
Banco conta movimento	15	15
Aplicações financeiras	4.086	6.534
	4.106	6.554

As aplicações financeiras são representadas por Fundos de investimento a curto prazo (FIF), com rendimentos auferidos pro rata temporis entre 90% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e poupanças com rendimento auferidos pela TR.

5 Recursos vinculados a projetos

	2013	2012
Banco conta movimento	579	3.796
Aplicações financeiras	<u>7.393</u>	<u>534</u>
	<u><u>7.971</u></u>	<u><u>4.330</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por Fundos de investimento a curto prazo (FIF), com rendimentos auferidos pro rata temporis entre 90% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e poupanças com rendimento auferidos pela TR.

Os recursos vinculados a projetos refere-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados.

A exposição da Entidade a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 15.

6 Créditos a receber

	2013	2012
SUS	1.620	2.035
Convênios	2.224	1.600
Cheques pré-datados	<u>209</u>	<u>220</u>
	<u>4.053</u>	<u>3.855</u>
Provisão de Glosas	<u>(212)</u>	<u>(712)</u>
	<u><u>3.841</u></u>	<u><u>3.143</u></u>

A exposição da Entidade a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à créditos a receber e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 15.

7 Estoques

	2013	2012
Materiais hospitalares	931	974
Medicamentos	2.934	2.785
Outros	<u>-</u>	<u>70</u>
	<u><u>3.865</u></u>	<u><u>3.829</u></u>

8 Imobilizado

	2013	2012
Construção em andamento	30.265	24.956
Demais ativos imobilizados	24.253	22.631
	54.518	47.587

8.1 Imobilizado construção em andamento

Refere-se a construção do anexo I, no terreno recebido em doação da Prefeitura de São Paulo, para expansão das atividades do Hospital da Rua Botucatu, que iniciou suas operações gradativamente durante o primeiro trimestre de 2014. O anexo mencionado abrigará as seguintes instalações: Radioterapia no subsolo, consultórios no térreo e 1º andar, Farmácia no 2º andar, Voluntariado, Central de Material Esterilizado e Reabilitação no 3º andar, Administração 4º e 5º andar e no 6º andar o auditório.

	2012	Aquisições	2013
Construção em andamento	24.956	5.309	30.265

8.2 Imobilizado demais itens

Movimentação do custo 31/12/2012 a 31/12/2013

	2012	Aquisições/ Doações	Baixas	2013
Terrenos	5.260			5.260
Edifícios e construções	8.159	153	(12)	8.300
Máquinas e equipamentos	1.041	292		1.333
Móveis e utensílios	1.449	150	(5)	1.594
Veículos	235			235
Instrumentos aparelhos médicos	11.064	1.197	(57)	12.204
Instalações	464	3		467
Equipamento informática	1.724	78	(19)	1.783
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	4.088			4.088
Importações em andamento	4.070	2.213	(497)	5.786
	37.554	4.086	(590)	41.050
Total imobilizado				

Movimentação da depreciação 31/12/2012 a 31/12/2013

	2012	Deprec.	Baixas	2013
Edifícios e construções	(3.044)	(347)		(3.391)
Máquinas e equipamentos	(627)	(89)		(716)
Móveis e utensílios	(773)	(96)	4	(865)
Veículos	(130)	(15)		(145)
Instrumentos aparelhos médicos	(7.528)	(766)	36	(8.258)
Instalações	(372)	(37)		(409)
Equipamento informática	(1.070)	(230)	12	(1.288)
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	(1.379)	(346)		(1.725)
Total	<u>(14.923)</u>	<u>(1.926)</u>	<u>52</u>	<u>(16.797)</u>
Imobilizado líquido	<u>22.631</u>	<u>2.160</u>	<u>(538)</u>	<u>24.253</u>

- (a) A conta “Benfeitorias em propriedade de terceiros” representa gastos incorridos em 2006 e 2007 na construção da Associação Casa da Família, reduzida ao custo de depreciação de 5% ao ano em virtude da concessão do terreno por um período de 20 anos pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Entidade promoveu a reavaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado em setembro de 2002, com base em laudo emitido por peritos independentes, apurando a mais valia de R\$ 2.297. O registro contábil teve como contrapartida a conta “Reserva de reavaliação” no subgrupo do patrimônio líquido. Após essa reavaliação a Entidade optou por não efetuar novas reavaliações a cada período de quatro anos, considerando que a oscilação do preço desses bens não eram relevantes em atendimento a legislação vigente à época, registrando as novas aquisições de imobilizado com base no custo de aquisição. Adicionalmente, quando da transição da Lei 11.638/07 a Entidade também optou pela não adoção do custo atribuído.

Além disso, apesar de Entidade ter contratado uma empresa especializada para proceder a revisão das vidas úteis do ativo imobilizado, cujo laudo foi emitido em 30 de março de 2011, a Entidade não alterou o cálculo da depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado desde então.

9 Fornecedores

	2013	2012
No país	<u>2.661</u>	<u>5.105</u>

A composição por vencimento dos débitos a pagar na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas era o seguinte:

**Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança
com Câncer (GRAACC)**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012*

	2013	2012
A vencer até 30 dias	2.406	4.857
A vencer de 1 a 30 dias	63	128
A vencer de 31 a 90 dias	2	5
A vencer de 90 a 180 dias	38	78
A vencer acima de 360 dias	152	37
	2.661	5.105

10 Salários e encargos sociais

	2013	2012
Salários a pagar	1.715	1.516
INSS a pagar	179	172
FGTS a pagar	288	264
Provisão para férias e encargos	2.734	2.372
Outros	115	36
	5.031	4.360

11 Contingências trabalhistas

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A movimentação das contingencias trabalhistas são apresentadas a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2012	535
Adições	692
Baixas	(360)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	867
Adições	-
Baixas	(305)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	562

A Entidade tem ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, no montante de R\$ 975 em 2013 (R\$ 700 em 2012).

12 Subvenção e convênios

	2013	2012
Subvenções e convênios (a)	5.049	3.123
Terreno (b)	4.447	4.447
Edificações (c)	7.605	9.612
Maquinas e Equipamentos	7.395	3.758
	24.496	20.940
Circulante	5.049	-
Não circulante	19.447	20.940

- (a) Em 2013 a Entidade recebeu como subvenção um valor total de R\$ 5.799, a este total soma-se R\$ 201 de rendimentos sobre os valores recebidos e o valor do saldo anterior R\$ 3.123, totalizando R\$ 9.123. Este montante foi recebido da seguinte forma: Da Secretaria Estadual da Saúde R\$ 957, do FUMCAD R\$ 6.366, da Fundação Salvador Arena R\$ 192, do Instituto Credit Suisse R\$ 94, da Fundação Kristian Gerhard Jebsen Foundation R\$ 668, do Ministério da Cultura R\$ 455 e do Ministério do Esporte R\$ 391.

Deste montante a Entidade utilizou R\$ 4.074, distribuído da seguinte forma: R\$ 265 em reformas, R\$ 1.950 em equipamentos, R\$ 1.393 em infra estrutura e R\$ 466 em outros projetos, ficando um saldo de R\$ 5.049, ainda não utilizados, classificados no passivo circulante em função da expectativa da Administração da Entidade em utilizar tais recursos nos próximos 12 meses.

- (b) Em 2010, a Entidade recebeu em doação da Prefeitura Municipal de São Paulo um terreno no valor justo total de R\$ 4.447 sendo condicionada a edificação no local de instalações destinadas à prestação de assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer.
- (c) O montante da receita diferida referente recursos utilizados ficou distribuído da seguinte forma: em Edificações R\$ 7.100 e em reformas R\$ 505, totalizando R\$ 7.605 e em equipamentos R\$ 7.395.

13 Partes relacionadas

13.1 Operações com pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui somente os administradores da Entidade. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços prestados foi de R\$ 1.257 (R\$ 1.059 em 2012).

Os membros do conselho não recebem nenhum tipo de remuneração direta ou indireta.

14 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do GRAAC é constituído por bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação e resultados líquidos de suas atividades.

No caso de dissolução do GRAACC, o respectivo patrimônio líquido será transferido para entidades congêneres devidamente registradas perante o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, escolhida pela totalidade dos membros de seu Conselho de Administração ou à Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/EPM.

14.1 Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.

15 Instrumentos financeiros

15.1 Gerenciamento dos riscos financeiros

15.1.1 Visão geral

A Entidade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente dos créditos a receber e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		<u>Valor contábil</u>	
	Nota	2013	2012
Créditos a receber	6	3.841	3.143
Outras contas a receber		433	409
Caixa e equivalentes de caixa	4	803	6.554
Recursos vinculados a projetos	5	11.274	4.330
		<u>16.351</u>	<u>14.436</u>

Créditos a receber e outros recebíveis

A exposição da Entidade a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

A Entidade estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de despesas incorridas com os créditos a receber e outros recebíveis. O principal componente desta provisão é o item de perda específico relacionado a exposições individuais, e a uma perda coletiva estabelecida para grupos de ativos similares com relação a perdas que já foram incorridas, porém ainda não identificadas. A perda coletiva é baseada nas taxas históricas de perda para ativos similares.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos créditos a receber e outros recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era o seguinte:

	2013	2012
A vencer	3.174	2.664
Vencidos de 1 a 30 dias	8	23
Vencidos de 31 a 90 dias	94	94
Vencidos de 90 a 180 dias	98	217
Vencidos acima de 360 dias	900	554
	4.274	3.552

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos créditos a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	Provisão
Saldo em 1º de janeiro de 2012	(353)
Constituição de provisão para redução ao valor recuperável reconhecido	(359)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(712)
Reversão de Provisão de glosas	712
Constituição de provisão para redução ao valor recuperável reconhecido	(212)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(212)

A Entidade acredita que os montantes que não sofreram perda por redução no valor recuperável e que estão vencidas há mais de 30 dias ainda são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2013	Valor contábil	12 meses ou menos	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Passivo de arrendamento financeiro	2	2		
Fornecedores	2.661	2.661		
Outras obrigações	<u>767</u>	<u>767</u>		
	<u>3.430</u>	<u>3.430</u>		
31 de dezembro de 2012	Valor contábil	12 meses ou menos	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Passivo de arrendamento financeiro	126	126	-	-
Fornecedores	5.105	5.105	-	-
Outras obrigações	<u>147</u>	<u>147</u>	-	-
	<u>5.378</u>	<u>5.378</u>	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco com alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da entidade era:

	Valor contábil	
	2013	2012
Instrumentos de taxa fixa		
Passivo de arrendamento financeiro	<u>2</u>	<u>126</u>
	<u>2</u>	<u>126</u>
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras	<u>11.479</u>	<u>7.068</u>
	<u>11.479</u>	<u>7.068</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

O grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A administração considera que as variáveis de risco das taxas de juros, que são atreladas ao CDI e à TR, não apresentam tendência de oscilações relevantes e, portanto, não afetaria significativamente os valores contábeis dos instrumentos financeiros de taxa variável.

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

31 de dezembro 2013	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.106	-	-	4.106	4.106
Recursos vinculados a projetos	5	7.971	-	-	7.971	7.971
Créditos a receber	6	-	3.841	-	3.841	3.841
Outras contas a receber		-	5.027	-	5.027	5.027
<hr/>						
Passivos de arrendamento financeiros	12	-	-	(2)	(2)	(2)
Fornecedores	10	-	-	(2.661)	(2.661)	(2.661)
Outras obrigações		-	-	(767)	(767)	(767)
<hr/>						
		12.077	8.868	(3.430)	17.515	17.515
<hr/> <hr/>						
31 de dezembro 2012	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.554	-	-	6.554	6.554
Recursos vinculados a projetos	5	4.330	-	-	4.330	4.330
Créditos a receber	6	-	3.143	-	3.143	3.143
Outras contas a receber		-	409	-	409	409
<hr/>						
Passivos de arrendamento financeiros	12	-	-	(126)	(126)	(126)
Fornecedores	10	-	-	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Outras obrigações		-	-	(147)	(147)	(147)
<hr/>						
		10.885	3.552	(5.378)	9.059	9.059
<hr/> <hr/>						

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados ou divulgados pelo valor justo foram mensurados utilizando o método de avaliação do nível 2.

16 Receitas com serviços prestados

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado:

	2013	2012
Receita com serviços prestados		
Sistema Único de Saúde (SUS)	1.811	8.742
Prefeitura Municipal de São Paulo	11.761	2.511
Convênios	7.228	6.050
Governo do Estado de São Paulo	2	396
Ensino/pesquisa	206	205
Particulares	94	20
	<hr/>	<hr/>
Receita bruta fiscal	21.102	17.924
Menos:		
Impostos	(45)	(92)
Deduções e abatimentos	(1.425)	(279)
	<hr/>	<hr/>
Total de receita contábil	19.632	17.553
	<hr/>	<hr/>

17 Custos hospitalares

	2013	2012
Salários e encargos diretos e auxiliares	(23.977)	(20.383)
Medicamentos e materiais	(11.132)	(11.532)
Serviços profissionais	(8.922)	(7.884)
Custos hospitalares	(3.633)	(4.856)
Depreciação e amortização	(1.954)	(2.325)
	<hr/>	<hr/>
	<u>(49.618)</u>	<u>(46.981)</u>

18 Despesas administrativas

	2013	2012
Salários e encargos administrativos	(3.769)	(3.674)
Administrativas em geral	(1.827)	(2.304)
Casa da família	(1.371)	(1.162)
Brinquedoteca	(73)	(125)
Odontologia	(131)	(77)
Psicologia	(393)	(375)
Serviço social	(168)	(163)
	<hr/>	<hr/>
	<u>(7.732)</u>	<u>(7.880)</u>

19 Outras receitas (despesas) líquidas

	Nota	2013	2012
Doações de pessoas físicas e jurídicas	(a)	26.760	27.913
Doações <i>telemarketing</i>	(a)	12.473	12.253
Outros eventos (DI/Adm./Voluntariado)	(b)	9.226	6.463
Evento McDia Feliz	(b)	4.712	4.503
Governamentais		889	1.462
Doação de bens		<u>1.174</u>	<u>201</u>
Outras receitas		<u>55.234</u>	<u>52.795</u>
Salários e encargos (DI/TLMKT/Voluntariado)	(c)	(7.623)	(7.799)
Administrativas (DI/TLMKT/Voluntariado)	(c)	<u>(3.247)</u>	<u>(5.511)</u>
Outras despesas		<u>(10.870)</u>	<u>(13.310)</u>
Outras receitas líquidas		<u><u>44.364</u></u>	<u><u>39.485</u></u>

(a) Doações
No exercício de 2013, a Entidade recebeu doações em dinheiro no valor de R\$ 39.233 (R\$ 40.166 em 2012) de diversas pessoas físicas e jurídicas, as quais foram contabilizadas nas rubricas “Doações *telemarketing*” e “Doações de pessoas físicas e jurídicas”.

(b) Eventos
Os recursos decorrentes do evento anual “McDia Feliz” (renda obtida com a venda do “Big Mac” na cidade de São Paulo) são repassados como doação à Entidade. Adicionalmente, com o apoio de voluntários na venda de *souvenirs*, bem como de padrinhos e patrocinadores desta campanha, a Entidade arrecadou no exercício de 2013 o valor líquido de R\$ 4.712 (R\$ 4.503 em 2012), de acordo com o plano de trabalho firmado entre o Instituto Ronald McDonald e o GRAACC, respeitando o critério de reconhecimento da receita conforme mencionado na Nota 2.

O GRAACC também obteve recursos líquidos no valor de R\$ 9.226 (R\$ 6.463 em 2012) por meio de outros eventos programados anualmente pela própria Entidade, bem como por iniciativa de empresas doadoras.

(c) Despesas com salários, encargos e administrativas
Despesas com pessoal e administrativas estão relacionadas aos centros de custos responsáveis pela obtenção dos recursos de doações e eventos mencionados nas notas (a) e (b) acima.

20 Receitas e despesas financeiras

	2013	2012
Rendimentos de aplicação financeira	261	367
Outras receitas financeiras	<u>2</u>	<u>55</u>
Receitas financeiras	263	422
Despesa com juros	(64)	(136)
Despesa com comissões e tarifas bancárias	<u>(31)</u>	<u>(41)</u>
Despesas financeiras	<u>(96)</u>	<u>(178)</u>
Financeiras líquidas	<u><u>167</u></u>	<u><u>244</u></u>

21 Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

O GRAACC é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; (b) contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - isenta do pagamento da contribuição patronal incidente sobre o montante da folha de pagamento; (c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - recolhimento de 2% sobre os serviços prestados a pessoa jurídica e física (convênios e particulares); (d) Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doações (ITCMD) isenta nos termos do artigo 4º do Decreto nº 46.665/02 e Resolução conjunta SF/SJDC - 1ª a 5 de dezembro de 2002; e (e) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispõe que as instituições de educação e assistência social, de caráter filantrópico que preencham as condições e requisitos do artigo 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro 2007 são isentas do recolhimento da COFINS o montante das receitas relativas às atividades próprias, de repasses e financeiras.

Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias somente àquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

Os recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

As receitas financeiras de acordo com o Decreto nº 5.442, de 2005, estão reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da COFINS incidentes sobre as receitas financeiras.

Em observância ao art. 4º da Lei Federal nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, aos art.19 e 20 do Decreto federal nº 7.237 de 20 de julho de 2010 e ao art. 24 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, o número de atendimentos a pacientes do SUS foi superior ao limite mínimo estabelecido de 60% em relação ao total de atendimentos efetivados pela Entidade, como segue:

	2013		2012	
	Quantidade de atendimento	Percentual	Quantidade de atendimentos	Percentual
Atendimentos ambulatoriais				
SUS	78.619	90%	84.329	87%
Convênios e particulares	8.686	10%	12.378	13%
	87.305	100%	96.707	100
Internações hospitalares				
SUS	8.372	88%	1.124	85
Convênios e particulares	1.113	12%	201	15
	9.485	100%	1.325	100

Portanto o percentual de atendimento SUS, de acordo com o art. 32 da portaria 1970, foi de:

	2013	2012
Internações hospitalares	88%	85%
Atendimentos ambulatoriais (*)	10%	10%
Total de atendimento ao SUS	98%	95%

Art. 32 da portaria 1970/2011: O percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS será apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia, e no total de atendimentos ambulatoriais realizados pela entidade para pacientes do SUS e não SUS.

(*) Parágrafo único. Para efeitos de atendimento do disposto no caput, a participação do componente ambulatorial SUS será de no máximo 10%, devidamente comprovado.

As isenções das contribuições previdenciárias usufruídas no exercício foram de R\$ 7.178, composta do seguinte valor:

Cota patronal ao INSS	7.178
-----------------------	-------

Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Fundação apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2013 e 2012 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

**Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança
com Câncer (GRAACC)**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012*

	2013	2012
ISS (5% s/ prestação de serviço)	982	878
IR e CS (34% s/ superávit do exercício)	2.316	823
Pis / Cofins (0,65% / 3,0% s/ prestação de serviços)	717	641
	4.015	2.342

22 Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

	2013	2012
Menos de ano	-	409
Entre um e cinco anos	354	361
Mais de cinco anos	-	-
Total	354	770

A Entidade arrenda imóveis sob arrendamentos operacionais. Durante o ano, um montante de R\$ 354 foi reconhecido como despesa no resultado com relação a arrendamentos operacionais (2012: R\$ 364).

23 Seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais (incêndio, explosão, danos elétricos e outros) e riscos diversos (automóveis) era composto por uma cobertura no montante de R\$ 32.140 e R\$ 93 respectivamente.

* * *

Valdesir Galvan
Superintendente Adm/Financ. - CEO

Edvaldo Fernandes de Souza
Contador CRC 1SP147480/0-6